

**Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano-INDSH**  
**Hospital Municipal e Maternidade Nossa Senhora da Graça**

CNPJ nº 23.453.830/0019-07

Balanco Patrimonial em 31/12/2018 - Em Reais (R\$)				Demonstração do Resultado do Período de 16/10 a 31/12/2018 - Em Reais (R\$)															
Ativo	Nota	2018	Passivo	Nota	2018	Período de 16/10 a 31/12/2018													
<b>Circulante</b>		<b>1.606.378</b>	<b>Circulante</b>		<b>1.265.755</b>	<b>Receitas Operacionais</b>	<b>1.766.532</b>												
Caixa e equivalentes de caixa	3	19.397	Fornecedores	6	797.735	Serviços prestados pacientes SUS	1.750.032												
Contas a receber	4	1.124.092	Obrigações trabalhistas	7	313.592	Pacientes Particulares	16.500												
Estoques		451.985	Obrigações sociais		73.843	<b>Custos</b>	<b>(1.485.611)</b>												
Outros créditos		10.904	Obrigações fiscais		12.038	Pessoal e encargos	(437.809)												
<b>Não Circulante</b>		<b>1.563</b>	Outras contas a pagar		589	Serviços de terceiros	(880.754)												
Imobilizado líquido	5	1.563	Partes relacionadas		67.958	Materiais e medicamentos	(167.351)												
<b>Total do Ativo</b>		<b>1.607.941</b>	<b>Não Circulante</b>		<b>423.917</b>	<b>Despesas</b>	<b>(296.308)</b>												
<b>Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido do Período de 16/10 a 31/12/2018 - Em Reais (R\$)</b>				<b>Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto do Período de 16/10 a 31/12/2018 - Em Reais (R\$)</b>															
		<b>Patrimônio social</b>	<b>Deficit acumulado</b>	<b>Total</b>			<b>Fluxos de caixa de atividades operacionais</b>												
							<b>Período de 16/10 a 31/12/2018</b>												
<b>Em 16/10/2018</b>		-	-	-			Deficit do período												
Transferências patrimoniais	(61.771)	-	(61.771)	-			Ajustes para reconciliar o resultado												
Deficit do período		(19.960)	(19.960)	-			Depreciação/amortizações												
<b>Em 31/12/2018</b>		<b>(61.771)</b>	<b>(19.960)</b>	<b>(81.731)</b>			<b>Deficit ajustado</b>												
<b>Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis do Período de 16/10 a 31/12/2018 - Em Reais (R\$)</b>																			
<p><b>1. Contexto Operacional: a) Objetivos Sociais:</b> O Hospital e Maternidade Nossa Senhora da Graça (HMMNSG) faz parte da rede pública do Município de São Francisco do Sul em Santa Catarina. O Hospital está estruturado com perfil de Hospital Geral de nível secundário de atenção, com 37 leitos. A unidade oferece assistência de média complexidade nas especialidades de cirurgia geral e ginecológica, ambulatório nas especialidades de pediatria e clínico geral. Conta ainda com SADT em Imagem (raios-x e eletrocardiograma) e Laboratório de Análises Clínicas. O atendimento é voltado ao SUS, assegurando assistência universal e gratuita, em regime de 24 (vinte e quatro) horas por dia, podendo efetuar procedimentos particulares conforme previsto em contrato. O Hospital está situado à Manoel Antônio Bueno, S/N, São Francisco do Sul - SC.</p> <p><b>b) Contrato de Gestão:</b> O Hospital Municipal e Maternidade Nossa Senhora da Graça (HMMNSG) é administrado pelo Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH (CNPJ 23.453.830/0001-70), desde 16 de outubro de 2018, por meio de contrato de gestão emergencial, cuja vigência era até a data de 13 de abril de 2019. Conforme, nota explicativa nº 15 - eventos subsequentes, o INDSH saiu vencedor de concorrência e o contrato de gestão passou a vigorar até abril de 2020, com previsão de renovação até abril de 2024. O INDSH é uma Entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos e filantrópica. É reconhecida como Entidade de utilidade pública por:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Âmbito</th> <th>Legislação</th> <th>Publicação</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Federal</td> <td>Decreto Federal nº 8.080/90</td> <td>DOU de 19/09/1990</td> </tr> <tr> <td>Estadual</td> <td>Lei Estadual nº 8.666/1993</td> <td>DOE de 21/06/1993</td> </tr> <tr> <td>Municipal</td> <td>Lei Municipal nº 1263</td> <td>DOM de 24/11/2011</td> </tr> </tbody> </table> <p>A Entidade é portadora do Certificado de Entidade Beneficiária de Assistência Social na área da Saúde - CEBAS, cuja manutenção foi deferida para o triênio 1º janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2020, pela portaria nº 78 de 18.01.2018, pelo Ministério da Saúde. <b>2. Apresentações das Demonstrações Contábeis e Principais Práticas Contábeis:</b></p> <p><b>2.1. Declaração de conformidade:</b> As demonstrações contábeis da Entidade foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis oriundas da legislação societária brasileira aplicável às entidades sem fins lucrativos, ITG 2002 - Entidade sem Finalidade de Lucro, aprovada pela Resolução CFC 1.409/12 de 21 de setembro de 2012 e revisada em 21 de agosto de 2015, bem como a Lei 12.101/2009 e as demais alterações promovidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09. As demonstrações contábeis foram aprovadas, pela Administração, em 22 de abril de 2019. <b>2.2. Base de mensuração e apresentação:</b> As informações contábeis foram preparadas com base no custo histórico. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações contábeis estão definidas a seguir. <b>2.3. Moeda funcional e de apresentação:</b> Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade. <b>2.4. Principais práticas contábeis:</b></p> <p><b>a) Caixa e equivalente de caixa:</b> São representadas por disponibilidades, depósitos bancários, fundos em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras de liquidez imediata. As aplicações financeiras são registradas ao custo acrescido de rendimentos auferidos até a data dos balanços que não supera o valor de mercado, com alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor e são resgatáveis em até 90 dias sem perda do valor. <b>b) Estoques:</b> São demonstrados ao custo médio de aquisição, inferiores aos valores de realização. Os estoques obsoletos ou "vencidos" são baixados ou substituídos, quando identificados. <b>c) Ativo imobilizado:</b> Os imobilizados de gestão pública são demonstrados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. Em se tratando de bens de gestão pública, é contabilizada em contrapartida na receita diferida para amortizar o valor do custo do ativo. A Administração não realiza a avaliação da vida útil dos ativos tangíveis e intangíveis, uma vez que considera as cláusulas de devolução dos ativos administrados ao Ente Público, como determinantes para a aplicação de taxas lineares que se aproximam da vida útil econômica esperada. <b>d) Ativo intangível:</b> Os intangíveis tanto da gestão pública quanto própria, refletem os custos com direitos de uso de software. <b>e) Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis:</b> A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando essas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. <b>f) Julgamentos e estimativas:</b> A preparação das demonstrações contábeis da Entidade requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em exercícios futuros. <b>Provisões para riscos judiciais:</b> A Entidade reconhece, quando identificadas, a provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta as alterações nas circunstâncias. <b>Ajuste para perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa:</b> É constituída, quando aplicável, em montante suficiente para cobrir perdas prováveis na realização das contas a receber. Para determinar a suficiência do ajuste sobre as contas a receber, são avaliados o montante e as características de cada um dos créditos, considerando a probabilidade de realização. Quando há ocorrência de significativos atrasos na realização dos créditos e, pela consideração que a probabilidade de recebimento diminui, é registrada perda estimada nas demonstrações contábeis em montante suficiente para cobrir a perda provável. <b>g) Apuração do Superávit/Deficit:</b> O resultado das operações é apurado pelo regime de competência, exceto quanto às receitas de doações e contribuições, reconhecidas quando efetivamente recebidas. <b>h) Reconhecimento de receitas:</b> As receitas com contrato de gestão são reconhecidas pelo regime de competência, de acordo com os requisitos da aplicação do CPC 47. Não foram identificadas mudanças significativas de práticas contábeis de reconhecimento de receitas com contratos de gestão pública. <b>i) Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes:</b> Os valores do ativo circulante e realizável a longo prazo são demonstrados pelo seu valor de realização e atualizados até a data do balanço, quando aplicável. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. <b>j) Ajuste ao valor presente de ativos e passivos:</b> Nas demonstrações contábeis de 2018 não transacionou operação de longo prazo (ou relevantes de curto prazo) que se qualificassem a serem ajustadas, sendo que o efeito deste procedimento é avaliado periodicamente pela entidade. <b>l) Patrimônio líquido:</b> Composto pelo superávit/deficit obtido ao longo do período de existência da entidade, que não tem Capital Social, devido a sua natureza jurídica de entidade sem finalidade de lucro, conforme prevê o art. 44 e seguintes do Código Civil. <b>m) Demonstrações dos fluxos de caixa:</b> As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.</p>								Âmbito	Legislação	Publicação	Federal	Decreto Federal nº 8.080/90	DOU de 19/09/1990	Estadual	Lei Estadual nº 8.666/1993	DOE de 21/06/1993	Municipal	Lei Municipal nº 1263	DOM de 24/11/2011
Âmbito	Legislação	Publicação																	
Federal	Decreto Federal nº 8.080/90	DOU de 19/09/1990																	
Estadual	Lei Estadual nº 8.666/1993	DOE de 21/06/1993																	
Municipal	Lei Municipal nº 1263	DOM de 24/11/2011																	
<b>3. Caixa e Equivalentes de Caixa</b>																			
		<b>2018</b>																	
Caixas		2.042																	
Banco conta movimento		11.844																	
Aplicações financeiras de liquidez imediata		5.511																	
		<b>19.397</b>																	
				<b>2018</b>															
				Contrato de gestão emergencial															
				1.119.692															
				Clientes particulares															
				4.400															
				<b>1.124.092</b>															
				<b>5. Imobilizado:</b> Imobilizado do contrato de Gestão e com recursos próprios/investimento:															
		<b>Eqptos de informática 10%</b>	<b>Total</b>																
		Saldo inicial em 16/10/2018	-																
		Adições	1.590	1.590															
		Depreciação	(27)	(27)															
		<b>Saldo em 31/12/2018</b>	<b>1.563</b>	<b>1.563</b>															
				<b>6. Fornecedores</b>															
		Materiais e medicamentos	73.548																
		Serviços	143.002																
		Serviços médicos	581.185																
			<b>797.735</b>																
				<b>7. Obrigações Trabalhistas</b>															
		Obrigações trabalhistas	272.299																
		Provisão férias	38.235																
		Provisões FGTS s/férias	3.058																
			<b>313.592</b>																
				<b>8. Partes Relacionadas:</b> O saldo a pagar, em 2018, de R\$ 67.958, refere-se contas a pagar para hospitais relacionadas sob a mesma gestão, bem como aos serviços da gestão.															
				<b>9. Outras Contas a Pagar:</b> O valor de R\$ 423.917, apresentado em rubrica de outras contas a pagar, refere-se a estoques de materiais e medicamentos, pertencente ao Município.															

de São Francisco do Sul/SC, os quais foram absorvidos na operacionalização da gestão emergencial da unidade. O valor foi considerado no passivo não circulante, uma vez que deverá ser repassado ao Município ao pós o término da gestão. **10. Patrimônio Líquido (Passivo a Descoberto):** O Patrimônio Social é acrescido de excedentes de receitas sobre despesas (superávit) ou deduzidos por insuficiências (déficit). Em 2018, o Hospital apresenta passivo a descoberto no montante de R\$ 81.731, assim a continuidade de suas atividades está diretamente relacionada aos planos e esforços da Administração com objetivo de assegurar sua recuperação financeira e obter o equilíbrio econômico financeiro de suas atividades junto à Prefeitura de São Francisco do Sul. **11. Despesas Gerais e Administrativas Período de 16/10 a 31/12/2018**

Serviços de gestão	(100.358)
Locação de Máquinas e Equipamentos	(17.398)
Energia	(44.086)
Locação de equipamentos	(17.398)
Outros	(24.279)
	<b>(186.121)</b>

**12. Renúncia Fiscal:** A Entidade aplica integralmente no País os recursos para manutenção dos seus objetivos institucionais e mantém escrituração regular de suas receitas e despesas, está imune do imposto de renda, da contribuição social e dos impostos estaduais e municipais de acordo com os dispositivos da Constituição Federal do Brasil - CF e Código Tributário Nacional - CTN. Atendendo ao disposto no item 27 - (C) do ITG 2002 (R1) - Entidade sem Fina-

**Clémencia Moreira de Souza - Diretora Executiva - CPF: 553.218.289-20**

**Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis**

À Diretoria do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH - Hospital Municipal e Maternidade Nossa Senhora da Graça - São Francisco do Sul - SC. Examinamos as demonstrações contábeis do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH / Hospital Municipal e Maternidade Nossa Senhora da Graça, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do déficit, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o período de 3 meses findo nessa data, assim como das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH / Hospital Municipal e Maternidade Nossa Senhora da Graça, em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de 3 meses findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria ("PAA") são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Provisão ou baixa para créditos de liquidação duvidosa:** A estimativa de provisão para créditos de liquidação duvidosa e/ou reconhecimento da perda dos recebíveis com baixa perspectiva de recebimento envolve alto nível de julgamento por parte da Administração. A determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa ou baixa de recebíveis envolve a avaliação de várias premissas e fatores internos e externos, incluindo os níveis incerteza de recebimento e renegociação com ente público. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Nossos procedimentos de auditoria, incluíram, entre outros: (i) Análise das políticas de cobrança, renegociação e discus-

lidade de Lucros, em que a renúncia fiscal relacionada com a atividade deve ser evidenciada nas demonstrações contábeis como se a obrigação devida fosse, está sendo apresentado o quadro de impostos incidentes sobre as operações. O valor da isenção do recolhimento da Contribuição Patronal sobre a folha de pagamento e serviços prestados por contribuintes individuais, devido ao INSS e o valor da COFINS estão demonstrados, como se devidos fossem.

<b>Período de 16/10 a 31/12/2018</b>	
Cota patronal	94.305
Terceiros RAT/SAT	27.348
	9.430
<b>Total INSS</b>	<b>131.083</b>
COFINS	52.999
<b>Total</b>	<b>184.082</b>

**13. Cobertura de Seguros:** Em 2018, a cobertura de seguros foi determinada e contratada em base técnica que a Administração estima suficiente para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens e direitos. **14. Instrumentos Financeiros:** A Entidade participa de operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. A Administração dessas operações é efetuada mediante definição de estratégias de operação e do estabelecimento de sistemas de controles. Opera com diversos instrumentos financeiros, incluindo aplicações financeiras, recebimento de antes públicos e contas a pagar a fornecedores. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a

**Camila Duarte Pinto - Contadora - CRC CT - PR - 065016/O-0**

são junto ao ente público; (ii) entendimento sobre os controles gerenciais em validação aos descontos promovidos pelo ente público, bem como a avaliação do cumprimento de métricas contratuais e (iii) Análise sobre a perspectiva da Administração sobre o recebimento dos valores contratuais. Concluímos pela adequação dos critérios e premissas adotados pela Administração para a determinação do contas a receber realizável. **Ênfases:** Nossa opinião não está ressalvada em função dos seguintes assuntos: i) Em 2018, a Entidade apresenta passivo a descoberto no montante de R\$ 81.731, assim a continuidade de suas atividades está diretamente relacionada aos planos e esforços da Administração em redução de custos e realização do contas a receber junto à Prefeitura do Município de São Francisco do Sul, no estado de Santa Catarina. ii) Conforme descrito na nota explicativa 2.4(c), chamamos a atenção ao fato de que o imobilizado utilizado nas operações da Entidade, será integralmente revertido ao poder concedente, quanto do término do contrato de gestão. Desta forma a Administração da Entidade não adota as determinações do Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC nº 27 - Ativo Imobilizado, não procedendo com a revisão da vida útil dos bens que compõem o ativo imobilizado, aplicando as taxas usuais, aceitas fiscalmente, para determinação da depreciação e amortização dos itens imobilizados e intangíveis. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções

três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos.

	<b>2018</b>
Aplicações financeiras	5.511
Contas a receber	1.124.692
<b>Total ativos financeiros</b>	<b>1.129.603</b>
Fornecedores	797.735
<b>Total passivos financeiros</b>	<b>797.735</b>

**15. Gestão de Riscos: Risco de liquidez:** As principais fontes de liquidez da Entidade derivam do saldo de caixa e aplicações financeiras, do fluxo de caixa gerado por suas operações tais como recebimento de repasses. A Administração da Entidade entende que tais fontes são adequadas para atender seus usos de fundos, o que inclui, mas se limita a capital de giro, pagamentos a fornecedores e prestadores de serviços. A abordagem na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre haja liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações quando do seu vencimento, em condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de imagem à Entidade. **16. Eventos Subseqüentes:** Em 09 de abril de 2019, a Prefeitura do Município de São Francisco do Sul - SC, em ata de publicação, determinou o Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH como vencedor do Edital de Concursos de Projetos 013/2019. Desta forma, a renovação do período de gestão do Hospital será pactuada em período de 12 meses, podendo ser sucessivamente renovado até o prazo de 60 meses. São Francisco do Sul/SC, 22 de abril de 2019.

relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 22 de abril de 2019. **Planners Auditores Independentes** CRC.SP. Nº. 2SP 14.712/0-2 - CVM 11.398 **Valter Piovom-Contador CRC 15P146651/O-0-GNAI nº1.018.**

Cod. Mat.: 601507

**CIA. HERING**

CNPJ nº 78.876.950/0001-71 - NIRE 42300020401  
Companhia Aberta

**Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de março de 2019 (lavrada na forma sumária)**

**Data, Horário e Local:** 27 de março de 2019, às 13h00min, no escritório da Companhia, com endereço na Rua do Rócio nº 430, 3º Andar, bairro Vila Olímpia, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04552-000. **Presença:** Presente a totalidade

dos membros do Conselho de Administração, a saber: Srs. Ivo Hering, Fabio Hering, Patrick Charles Morin Junior, Marcio Guedes Pereira Junior, Fabio Colletti Barbosa, Andrea Oliveira Mota Baril. A Conselheira Claudia Worms Sciana participou da reunião por videoconferência. **Direção dos Trabalhos:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Ivo Hering, Presidente do Conselho de Administração. **Ordem do Dia:** (i) Proposta de distribuição de juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 22.993.877,77 (vinte e dois milhões, novecentos e noventa e três mil, oitocentos e setenta e

sete reais e setenta e sete centavos) equivalente ao valor de R\$ 0,1423 por ação; e (ii) Convocar Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária prevista para ocorrer no dia 29 de abril de 2019, às 15h00min. **Deliberações:** Após análise e discussão das matérias da ordem do dia, sem quaisquer restrições ou ressalvas e por unanimidade, os membros do Conselho de Administração da Companhia, deliberaram: (i) Aprovar a distribuição de juros sobre o capital próprio "ad referendum" da Assembleia Geral Ordinária que aprovar as contas do exercício social a encerrar-se em 31/12/2019,